

Marcus Venicio Toledo Ribeiro

# Os novos caminhos do ensino da História



Empenhados na construção da cidadania, professores investem na criatividade dos alunos, revisando conteúdos e métodos

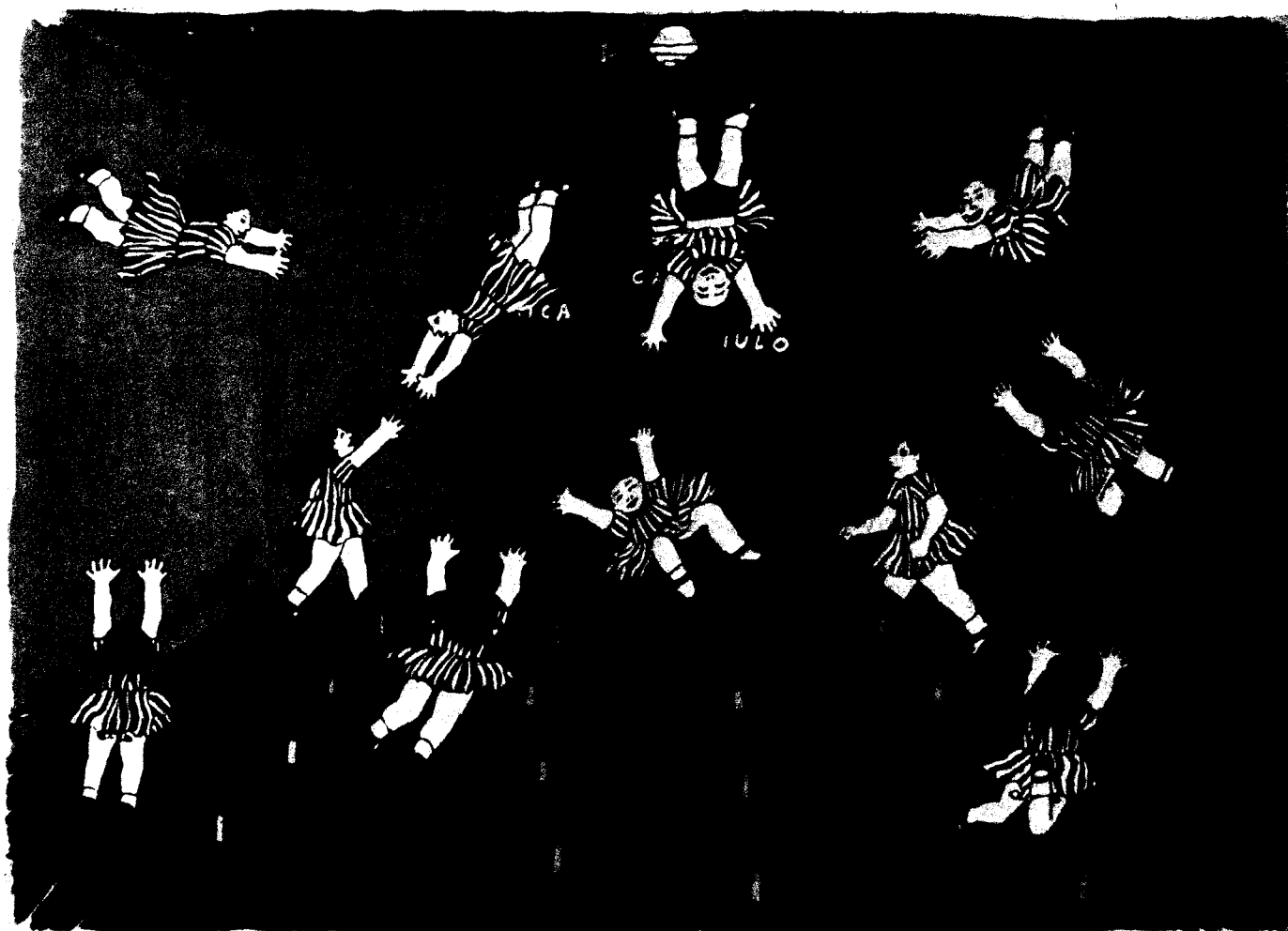
O quadro de Cristina Salgado mostra que a sala de aula é espaço de imaginação: o ensino da História deve ter a participação ativa dos alunos

“A escola será templo ou estaleiro?”, indagava em meados do século passado Célestin Freinet. Se for templo, respondia, será o lugar “onde a criança (...) entra em bicos de pés para viver uma vida totalmente diferente da verdadeira vida, no respeito religioso pela palavra do professor e a submissão às

‘escrituras’”. Se estaleiro, será o lugar do trabalho, onde cada um entra com o que sabe fazer. E advertia: “Não gostam de trabalho nem do estaleiro se o esforço que têm de fazer não estiver ligado a sua vida profunda...” Anos depois, no Brasil, Paulo Freire afirmava que a raiz da educação está na “constan-

te busca”. “O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela.”

Os caminhos abertos por esses notáveis educadores vieram-me à lembrança ao refletir sobre o V Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, realizado em julho passado no Rio de Janeiro



CRISTINA SALGADO. MENININHAS VOANDO 1983

pelo Grupo de Trabalho Ensino de História, da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, UERJ, UFES, UFF, UFRJ, PUC-Rio e Colégio Pedro II. Seiscentos professores e pesquisadores debateram questões como os sujeitos e as narrativas da História, relação entre ensino, memória e patrimônio, formação de professores, currículos, livros didáticos, ensino de História nas séries iniciais, história local, deixando patente que também o ensino dessa disciplina deve ser dinâmico e participativo. E que o seu objetivo maior é a formação dos cidadãos. Uma idéia de ensino comprometida com a construção de uma nação democrática, com a mudança.

Uma pequena amostra desse espírito renovador pode ser colhida nas comunicações referentes a currículos. Professores e pesquisadores propõem um “novo olhar sobre o conhecimento”, pois “a cognição envolve todo o processo de vida”. Destacam a necessidade de se relacionar os “saberes adquiridos no espaço escolar com os saberes adquiridos (no) cotidiano”, o que permitiria aos alunos interpretar “sua ação na sociedade”. Os currículos tradicionais, segundo eles, além de apresentarem problemas como a “impossibilidade de transmitir todo o conhecimento da humanidade”, acabariam se tornando “instrumentos de controle”, ao inibirem mudanças ou implicarem “nível espacial, conceitual e lingüístico algumas vezes além do domínio dos alunos”. A comunicação feita pela professora Ana Santiago, da UERJ, exprime o que desejamos

professores, ao propor “aulas cidadãs (...) que tornem os alunos agentes de seu conhecimento, reconhecedores de sua dimensão de sujeitos históricos, e que sejam espaço privilegiado para a reflexão e reinvenção da sociedade”.

Assim, estudar a Revolução Industrial na Europa é tão importante quanto conhecer a industrialização no Brasil e a indústria local, isto é, da cidade ou do bairro. O recente avanço teórico não fez os jovens se sentirem mais próximos da história, da qual eles são também agentes. Todos têm uma história. Investigá-la e contá-la é necessário à construção das identidades e da cidadania.

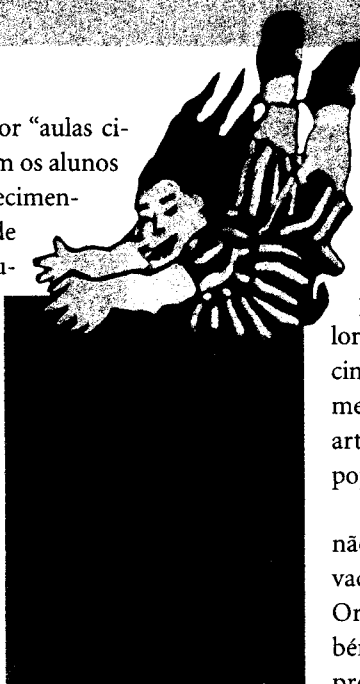
Os professores Almir Campagnoni e Elenice Elias, de Araucária (PR), por exemplo, exploraram os conhecimentos dos alunos a partir de duas questões (“Você é cidadão?” “Por quê?”) e um desenho que representasse a cidadania. As respostas serviram de base para as aulas. Alunos de um outro colégio no Paraná pesquisaram, em 2001, sobre jovens nas décadas de 1960 a 1990; em 2003, o tema foi formação étnica do estado. Ainda no Paraná, estudantes da Região Metropolitana de Curitiba participaram de um amplo projeto de coleta de documentos de famílias, os quais passaram a ser usados nas aulas e como fontes para se escrever a história da região. Seguem os

mesmos objetivos as atividades que associam História e educação patrimonial, valorizando o conhecimento de monumentos, folclore, artesanato, festas populares, etc.

Essa renovação não tem só motivação pedagógica. Origina-se também da revisão da própria História,

que vem ocorrendo pelo menos desde meados do século passado, especialmente com a formação em França da chamada Escola dos *Annales*. Uma de suas mais importantes consequências foi a implosão da concepção tradicional sobre esta disciplina, que tem o Estado e as elites como protagonistas de uma sucessão de acontecimentos (políticos e militares, sobretudo). O destino dessa História evolucionista e universal é uma nebulosa idéia de “progresso”, cujo sentido está sempre no que “veio antes”, e nunca nas questões do presente.

A nova maneira de conceber a História – influenciada pelas ciências sociais e pelo marxismo e fazendo multiplicar temas, sujeitos e as demarcações de tempo – foi pontuada pelo professor Ilmar de Mattos, da PUC-Rio. Citando o historiador François Furet, Ilmar lembrou que “fazer história é contar uma história”, o que, segundo ele, significa que os professores de História, que também contam histórias, são igualmente his-



#### Para saber mais

FREINET, Charles. A *pedagogia do bom-senso*. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

FURET, François. A *oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1ª ed. s/d.

SAVIANI, Demerval. “Escola e Democracia ou A Curvatura da Vara”. In: *Revista da Associação Nacional de Educação*. São Paulo, v. 1, 1981.

Crianças brincam em uma favela na periferia do Recife, em Pernambuco: um ensino comprometido com a transformação social deve privilegiar as experiências dos estudantes

toriadores. A ampliação quase infinita dos temas – “tudo é história”, dirá Furet – não só possibilitaria “outras histórias”, como transformava os alunos, que um dia serão cidadãos, em leitores do mundo, em autores. No dizer da professora Elza Nadai, cuja memória foi homenageada no Encontro: “O aprendizado de História para o jovem é uma ponte entre o seu mundo pessoal e o Mundo.”

É preciso, porém, saber combinar os novos temas e os tradicionais (a história nacional e a do mundo), também indispensáveis à formação do cidadão. A professora Circe Bittencourt, da USP, que debateu o livro didático, explica que “organizar conteúdos por eixos temáticos” não se confunde com a “história temática” dos historiadores, que tratam em profundidade um determinado tema. “O eixo temático (tal como está nos Parâmetros Curriculares Nacionais) corresponde ao equacionamento de questões do presente: *trabalho e organização social*, por exemplo. A partir daí são selecionados subtemas, como trabalho escravo e trabalho assalariado, que remetem o aluno a outros tempos históricos.” Quanto à história tradicional, Circe observa que “a cronologia” deve ser sempre ensinada, mas como “referência e síntese e não como sinônimo de evolução e progresso: do atraso ao desenvolvimento, do antigo ao mundo moderno e tecnológico”.

Há alguns anos, o educador Paulo Freire afirmava que o homem devia ser sujeito de sua própria educação, e não objeto dela. Um congresso de professores de História, em julho passado, concluiu que o ensino da disciplina deve ser dinâmico e participativo



LEO CALDAS / FOLHA IMAGEM, 7/10/2003

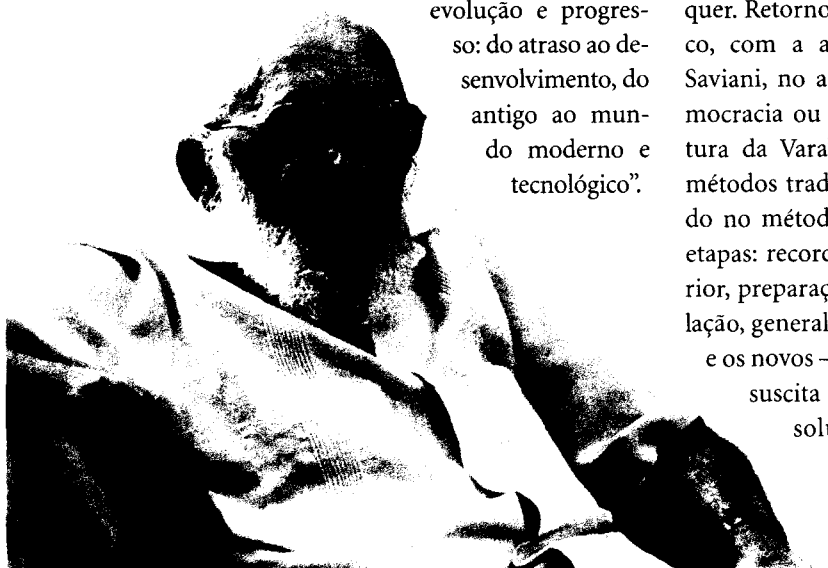
Não é simples. Como tratar, mais sinteticamente ainda, “capítulos” decisivos da história da humanidade sem recorrer a textos gerais e talvez mais áridos? E se noções de “progresso” e “evolução” devem ser criticadas ou abandonadas, o mesmo não ocorre com conceitos consistentes, como os de *mudança e desenvolvimento desigual*, caros às mesmas ciências sociais que tanta densidade transmitiram à nova História.

Os novos caminhos, pautados na realidade dos alunos e na busca, são preciosos. Mas chama a atenção a recorrência à pesquisa, às vivências, enquanto os conteúdos “tradicionais” (mesmo os críticos), assim como as aulas expositivas e os fundamentos (ler e escrever bem, por exemplo, sabendo identificar o essencial), parecem deixados num canto qualquer. Retorno, pois, ao pedagógico, com a ajuda de Demerval Saviani, no artigo “Escola e Democracia ou a Teoria da Curvatura da Vara”. Ele confronta os métodos tradicional – estruturado no método expositivo e suas etapas: recordação da lição anterior, preparação da nova, assimilação, generalização e aplicação – e os novos – uma atividade, que suscita um problema, cuja solução requer o le-

vantamento de dados, depois as hipóteses e a experimentação. Enquanto os primeiros se centram no professor e na transmissão de conhecimentos, os novos baseiam-se nas motivações dos alunos e nas atividades.

Para Saviani “o ensino não é um processo de pesquisa. Queremos transformá-lo num processo de pesquisa é artificializá-lo”. Pode-se argumentar que a pesquisa na escola é de outra ordem, mas não deixa de ser também uma “incurição no desconhecido”; requer, no mínimo, alunos muito bem orientados e situados no tempo e no espaço. Enfim, Saviani discute qualidade de ensino e o fato inquietante de que as pedagogias novas seriam “portadoras de todas as virtudes, enquanto que a pedagogia tradicional é portadora de todos os defeitos e nenhuma virtude”. Talvez não se esteja hoje afirmando isso, mas é oportuno lembrar que, ao “curvar a vara para o outro lado”, sua intenção não era apontá-la para a pedagogia tradicional, mas fazer com que alcançasse “o seu ponto correto”. ■

MARCUS VENICIO TOLEDO RIBEIRO é professor de História, pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional e co-autor de *Brasil vivo: uma nova história da nossa gente*. Petrópolis: Vozes, 1985.



**Boca do Inferno** As sátiras de Gregório de Matos são dele mesmo?

# nossa História

Ano 1 / nº 11 R\$ 6,80

setembro 2004

UMA PUBLICAÇÃO EDITADA  
PELA BIBLIOTECA  
NACIONAL



## O Grito *Verdades e mitos sobre a Independência*

*Como o 7 de Setembro virou festa. Leopoldina, a imperatriz do Brasil*

**Pânico!** Submarinos nazistas na costa do Nordeste AUGUSTO CÉSAR M. MOUTINHO

**Escravos no poder.** Revolta no Haiti  
trouxe medo ao Brasil do século XIX

MARCO MOREL

